

A PERMANÊNCIA DO PENSAMENTO DE EUCLIDES DA CUNHA

Manoel Soriano Neto

Cel Inf

Senhoras e Senhores:

Faz 100 anos. Já passados 100 anos da morte de Euclides da Cunha, ocorrida em 15 de agosto de 1909, o infausto episódio ainda ecoa nos dias atuais. O escritor Monteiro Lobato em um de seus escritos, de título "Uma Tragédia de Ésquilo", afirmou: "Tivemos aqui entre nós, em 1909, um perfeito caso de "tragédia grega", isto é, de tragédia caracterizada pela presença invisível da deusa Fatalidade. Os protagonistas – Dilermando, Euclides pai e filho e uma mulher – agiram todos como pedras de xadrez em movimento cego no tabuleiro. Euclides era o Rei, Dilermando o pequeno Peão. No tumulto do drama tecido pela fatalidade, o Rei enlouqueceu e forçou o Peão a matá-lo. E a vida desse Peão passou a ser um inenarrável martírio".

No entrechoque das razões ainda muito se discute sobre aquela "Tragédia de Ésquilo". "Maktub" – "estava escrito", dizem os fatalistas, pelas teias e linhas difusas do que conhecemos pelo nome de Destino...

Senhoras e Senhores:

Acreditamos que os Homens é que fazem a História, como prelecionava Thomas Carlyle.

Destarte, mister se faz para bem entendermos a perenidade do pensamento de Euclides da Cunha, que apresentemos, em largas pinceladas, a moldura histórica da época em que ele viveu.

Euclides ingressou na Escola Militar do Brasil, em 1886, permanecendo no Exército por nove anos, menos em 1889, pois no ano anterior fora expulso da dita Escola, sediada na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. O Ministro da Guerra, Benjamin Constant, o reintegra à Força Terrestre, matriculando-o, em 1890, na Escola Superior de Guerra, um estabelecimento de formação de Oficiais. Nesta Escola, ele se formou oficial engenheiro e bacharelou-se em Matemática e Ciências Físicas e Naturais.

Traçaremos, a seguir, um epítome da conjuntura nacional que ele vivenciou, com os reflexos desse período, prenhe de historicidade, quando se deu a proclamação da República. Disse o acadêmico José Murilo de Carvalho: "Apesar das estreitas relações com militares, nem Euclides gostava do Exército nem o Exército gostava dele. Aos militares não agradaram em nada as duras críticas feitas à Corporação, em "Os Sertões".

A Escola Militar onde Euclides inicia a sua curta vida castrense formava Oficiais, mas de forma totalmente inadequada para as finalidades de uma Instituição que se queria adestrada para a defesa da Pátria e, o mais importante, com base nos primados da disciplina, da hierarquia e da autoridade. O regime da Escola era o de externato, aberração que inviabilizava o robustecimento de um lídimo espírito de corpo, da sã camaradagem, da união e, mais do que isso, da imprescindível coesão militar. Inquinada de ideias humanistas e pacifistas, com espeque na ideologia positivista de Augusto Comte, Pierre Laffite e Emile Littré, a Escola relegava a plano secundário, a instrução militar básica e fundamental. Isso "apaisanou o Exército", segundo o saudoso General Severino Sombra, sendo que, àquela época, o Exército Brasileiro encontrava-se dividido, ideologizado e assaz desprestigiado pelos últimos Gabinetes do Império e preterido pela Guarda Nacional. O Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o "Dr. Benjamin", como gostava de ser anunciado, era o Mestre mais carismático e querido pelos alunos (fora abolido o título de Cadete). Várias Turmas de Oficiais passaram pelas mãos desse patriota, brilhante e notável Lente que muito pugnou pela queda da Monarquia, sendo oficialmente consagrado como "O Benemérito Fundador da República".

O positivismo surgiu na França e teve fundamental influência na evolução histórica de países como o México, o Chile e o Brasil, principalmente, bastando ver-se o lema positivista de nossa Bandeira.

Tal ideologia ancorava-se em princípios agnósticos da ciência pura, segundo o que foi chamado de "Religião da Humanidade", com a sua "Deusa Razão". Em estreita síntese, diríamos que o positivismo era cientificista – só era verdadeiro o que pudesse ser comprovado cientificamente, segundo ensinava Descartes; era pacifista, humanista, cosmopolita, anticlerical, propugnador da "ditadura republicana", sendo um de seus epígonos, o ditador do Paraguai, Dr. Francia, e adepto da extinção dos Exércitos permanentes que deveriam ser substituídos pelas gendarmarias, formadas por "cidadãos-soldados". Nossos jovens Oficiais faziam questão de ser chamados de "doutores" ao invés de Alferes, Tenentes ou Capitães, como se pejassem de seus postos na hierarquia militar. A politização do Exército, primeiro, a mentalidade dos oficiais positivistas, em segundo lugar, e a Revolução Federalista de 1893 e concomitante Revolta da Armada, por final, foram as causas alistadas por Tasso Fragoso para justificar o que chamou de "a estagnação das Forças Armadas", nos albores da República, tudo muito pernicioso para a atividade-fim das Instituições Militares, o que veio a se refletir nos "quase fiascos de Canudos e Contestado". E continuava o grande historiador militar, após abjurar o positivismo, ele que fora um de seus mais ardorosos profítentes: "Por seu turno, a Revolta da Armada, com íntimas ligações com a Revolução de 1893, quebrou a coesão da Marinha e a isolou do Exército, pelo que a novel República seria presa fácil de qualquer aventureiro alienígena".

Para bem evidenciar-se o que se passava na Escola Militar, vejamos o depoimento do líder

federalista, Senador Gaspar da Silveira Martins que, da tribuna do Senado, iterativamente, condenava o "bacharelismo militar". Disse o valoroso Chefe "maragato", que bem conhecia a metodologia da Escola, pois um de seus filhos era aluno da mesma: "Em vez, porém, da têmpera forte que convém dar ao Exército, o que se v  em nossas Escolas Militares? A mocidade imbuída das doutrinas de Augusto Comte e Laffite e professando uma "Religião da Humanidade" que visa ao cosmopolitismo. Pode ser que sejam boas tais doutrinas, mas não para o soldado, que antes de tudo é feito para empunhar armas em defesa da Pátria. Alguns diretores dessas Escolas Militares chamam, filosoficamente, os grandes Generais, de "assassinos dos povos". Singular maneira, aliás, de encarar a questão em uma Escola de Soldados".

A dicotomia entre oficiais ditos "práticos-tarimbeiros" e "teóricos-bacharéis" acentuou-se, sobremaneira, com a reforma de ensino promovida por Benjamin Constant, quando Ministro da Guerra. Benjamin matriculou Euclides da Cunha, em 1890, na Escola Superior de Guerra, pois ele fora expulso da Escola Militar do Brasil, em 1888.

A Escola Superior de Guerra destinava-se a formar oficiais artilheiros e engenheiros, cursos de maior dura o, e o de Estado-Maior. Tal Escola seguia as diretrizes de Benjamin Constant, voltadas para uma forma o eminentemente bacharelesca, o que potencializava o divisionismo entre as duas correntes anteriormente referidas. E isso veio a se exacerbar, agudamente, quando foram publicados trabalhos de alunos positivistas, que condenavam a Guerra do Paraguai e depreciavam, acerbamente, nossos Comandantes, como o Duque de Caxias, teses que foram aprovadas, "cum laude", pelo Ministro Benjamin. Os alunos afirmavam que a dita guerra fora "um grande rolo", de três contra um, atentatória aos princípios humanitários e pacifistas empalmados pelos seguidores da "Religião da Humanidade". A atitude do Ministro desagradou profundamente a Deodoro e Floriano, ambos, assim como Benjamin Constant, partícipes daquele conflito. "Rompemos com a Coroa, mas não rompemos com o passado!", bradou Deodoro em um acesso de f ria, quando de uma reunião do Ministério, rasgando, com violência, alguns dos ditos trabalhos. Iniciava-se uma grave crise política que redundou, posteriormente, no rompimento definitivo entre o Presidente e Benjamin Constant, que permaneceu na Pasta da Guerra por apenas quatro meses.  quela época, tudo o que se relacionasse ao Império, como os seus gloriosos feitos marciais, era propositadamente esquecido e/ou depreciado pelos "bacharéis fardados", não, porém, pelos militares mais idosos, a começar por Deodoro da Fonseca. Os velhos combatentes da Tríplice Aliança eram vaiados pela mocidade militar, como nos relata Tasso Fragoso em "Advertência Preliminar", no seu livro "A Batalha do Passo do Rosário". A propósito ainda, diga-se que o Marechal José Pessoa registrou em suas memórias, a estranheza que sentiu, quando iniciava como aluno a sua forma o castrense, no ano de 1903, o do centenário de nascimento do Duque de Caxias, quando sequer o augusto nome de nosso "Soldado Maior" foi lembrado em sua Escola. Aduza-se que somente em 1925, a memória do impoluto Duque, "O Pacificador", Patrono do Exército e "Patrono da Anistia" – epíteto que lhe deu o saudoso acad mico Barbosa Lima Sobrinho, foi resgatada de um injusto anonimato, não condizente com os tantos e tamanhos serviços por ele prestados ao Brasil, na paz e na guerra. Naquele 1925, o Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, instituiu o "Dia do Soldado" a ser comemorado a cada 25 de agosto, data de nascimento do "Duque Invicto".

A "ditadura republicana", apregoada pelos pros litos do positivismo, foi, na prática, implantada pela Constitui o de Júlio de Castilhos, no RS, a qual foi resguardada, por vários anos, pelo ultra-positivista Borges de Medeiros.

No período em comento, a grave situa o das Forças Armadas, sem um *minimum minimorum* de espírito militar, teria de ser modificada. Essa passou a ser a grande motiva o, a prioridade militar de número primo, após a morte de Benjamin Constant, em 1891. Diga-se que muitos dos jovens militares se desencantaram com o Mestre Benjamin, quando Ministro, "sempre subserviente e contido pela figura hercúlea de Deodoro da Fonseca". Tal aconteceu com Euclides da Cunha, que, em carta a seu pai, de 1890, excerta de seu Epistolário, como nos d  conta a escritora Walnice Galvão, em certo trecho da missiva, escreveu: "Imagine o senhor que o Benjamin, o meu antigo  dolo, o homem pelo qual era capaz de sacrificar-me sem titubear e sem raciocinar, perdeu a auréola, desceu   vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhotismo, sem orienta o, sem atitude, sem valor e desmoralizado – justamente desmoralizado".

O Governo fecha a Escola Militar da Praia Vermelha, onde Euclides se iniciou na vida militar, em face de uma subleva o coletiva, em 1904, contra a vacina obrigatória, ocasião em que os alunos saíram às ruas e praticaram atos vand licos, como a quebra de inúmeros lampiões.

A rea o àquele estado de coisas ocorreu no Exército e na Marinha. Quatro nomes avultam na cruzada em prol do soerguimento do espírito militar e da operacionalidade nas Forças Armadas: o Barão do Rio Branco, nosso Chanceler, que propugnou "  outrance" pelo reaparelhamento da Marinha e do Exército; Olavo Bilac, que desencadeou memorável apostolado cívico por todo o País, em defesa do Serviço Militar Obrigatório, do qual, aliás, é o Patrono; o Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra que encetou a dita "Reforma Hermes", cujo lema era "Rumo   Tropa" e o Almirante Alexandrino de Alencar que promoveu

campanha semelhante na Marinha, cujo mote era "Rumo ao Mar". E no bojo dessas reformas, uma plêiade de Oficiais foi estagiar na Alemanha; foi criada, em 1919, a Missão Indígena para a instrução na Escola Militar do Realengo e trazida da França uma Missão Militar que atuou no Exército, de 1920 a 1940.

Assim, saiu vitoriosa a corrente dos "tarimbeiros", "troupiers" ou "combatentes". Em pouco tempo, os "bacharéis fardados", também apodados, pejorativamente, de "filhotes de Benjamin", "desapareceram", pois foram sistematicamente preteridos nas promoções e movimentados para longe do Rio de Janeiro, tendo a grande maioria, muitos deles ainda bem jovens, solicitado transferência para a Reserva.

Anos depois, outros jovens Oficiais, já formados sob rígidos regulamentos, na Escola Militar do Realengo, criada em 1913, vão deflagrar um período de bernardas, chamado de "Tenentismo", na década de 1920, para, diziam, "regenerar a Pátria": em 1922, em 1924, com a intrusão da Revolução Libertadora, de 1923, no RS, epílogo, digamos assim, da Revolução Federalista ou "Da Degola", de 1893/95, e, finalmente, a Revolução de 1930. São os enigmas da História...

Finda essa perfunctória recorrência, a fim de melhor compreendermos Euclides, sob um pano de fundo histórico, passaremos a discorrer, de escantilhão, acerca de sua produção "gutenberguiana", com o viso de aferir a permanência de seu pensamento.

A obra de Euclides, elaborada em 12 anos, é volvida, essencialmente, para o Brasil e seu povo, daí a sua relevância, hoje, quando o patriotismo se estiola, amolecendo cada vez mais, máxime por causa do que é chamado de "colonialismo" ou "satelitismo" cultural.

Euclides nos deixou cartas, poesias, ensaios, artigos, reportagens, relatórios técnicos e prefaciou "Inferno Verde" de Alberto Rangel. Acendrado patriota, assim se dirigiu aos jovens, em uma de suas conferências: "Seremos em breve uma componente nova entre as forças cansadas da humanidade".

Escreveu, em 1907, "Contrastes e Confrontos" e "Peru versus Bolívia" (a respeito de um "diferendo" internacional que envolvia interesses brasileiros no Acre). "À Margem da História", escrito em 1909, é o segundo livro em importância da produção euclidiana, publicado postumamente, com mais de dez edições. Tal magnífica obra traz a lume assuntos amazônicos. Dizia o venerável escritor que "a Amazônia deve ser conquistada, senão mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brasil", brado de alerta bem atual, posto que a NOSSA Amazônia é, como consabido, alvo da cobiça internacional, especialmente da parte das nações hegemônicas. Euclides tencionava escrever um livro sobre a Hiléia Amazônica, de título "Paraíso Perdido". Pretendia estudar a Amazônia como estudou o Nordeste, mas não conseguiu em vista de sua morte prematura; vários artigos que comporiam a publicação foram transcritos, posteriormente, em "À Margem da História".

Todavia, a exponencial notoriedade literária de Euclides da Cunha se deveu à sua magistral obra "Os Sertões", que lhe propiciou o ingresso, em 1903, nos dois maiores sodalícios de então: a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. "Os Sertões", obra-prima de Euclides, contabiliza mais de quarenta edições em português, seis em inglês e nove em outras línguas. O livro é um verdadeiro painel do Brasil e descreve a guerra travada em Canudos, mostrando à nação o abandono dos sertões e de sua gente. Daí podermos lóbrigar, acrescentando-se por oportuno, o que foi a grande manobra geopolítica da criação de Brasília no Planalto Central Brasileiro. A respeito de "Os Sertões", gostaríamos de trazer à colação, as considerações do notável acadêmico Afrânio Coutinho. – Citação. "Livro único, sem igual em outras literaturas, escrito entre 1896 e 1902, nos vagares da vida nômade do engenheiro. A crítica tomada de surpresa ante a grandeza e originalidade da obra, viu nela um trabalho de cientista, de geógrafo, de historiador, de etnógrafo, de sociólogo, de filósofo, de artista". Fim da Citação.

"Os Sertões" é dividido em três partes: "A Terra", "O Homem" e "A Luta". Teses esposadas na segunda parte – "O Homem" –, não são hoje aceitas, pois a moderna genética não mais admite o conceito de raça. Porém, a definição do sertanejo, embutida nesta parte, tomou-se antológica: "O sertanejo é antes de tudo um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, no primeiro lance de vista, revela o contrário". O Professor Jarbas Silva Marques bem nos explica essa faceta do escritor, porquanto ele foi formado, como demonstramos à saciedade ao longo dessa parlenda, à luz do racionalismo, quando as ciências físicas, naturais, biológicas, a matemática e as nascentes teorias evolucionistas de Charles Darwin traçavam as balizas do pensamento dos maiores intelectuais de então, que acreditavam em falsos estereótipos do determinismo genético ou naturalista. Contudo, tal posicionamento em nada empana a grandiosidade da monumental obra.

E trazendo o tema para a área da literatura épica, diríamos que o fantástico livro ombreia-se com as lendárias narrativas da Antiguidade Clássica e com os escritos que contam as mais famosas epopeias nacionais e internacionais. A História é recheada de relatos épicos, como os dos legendários heróis da Grécia Antiga: Leônidas, Ulisses, Aquiles, Heitor, para não falarmos dos romanos e de Cervantes e Camões, com "Dom Quixote de la Mancha" e "Os Lusíadas". E bem nossos conhecidos são o poema "O Uruguai", de Basílio da Gama e o clássico "A Retirada da Laguna", do Visconde de Taunay. A esses superlativos épicos

veio a se juntar "Os Sertões", em que o herói não é singular, personalizado, mas sim, coletivo – o rude sertanejo nordestino, cheio de heroicidade e estoicismo da Guerra de Canudos.

"Os Sertões" é considerado "A Bíblia da Nacionalidade", pois bem retrata a "saga brasileira" e a isso se reportou o escritor peruano Mário Vargas Llosa, um século depois da publicação de Euclides, no romance "A Guerra do Fim do Mundo", evidenciando-se, pois, à larga, a universalidade e a permanência do pensamento euclidiano.

A obra apresenta os contrastes entre o Brasil litorâneo, citadino, e o Brasil profundo, do interior, atrasado, sem perspectivas. Cabe aos cientistas sociais, a reflexão percuciente a respeito dessa ferrenha contradição, sabendo-se que os centros urbanos incham cada vez mais e sendo certo que a população brasileira envelhece a passos largos e declinará a partir de 2030, consoante tabulações estatísticas.

No ano do centenário da morte de Euclides da Cunha, na lembrança de seu perpétuo legado cultural para a Nação Brasileira, encerremos essas despretensiosas achegas alusivas à perenidade de seu pensamento, com o fecho do portentoso "Os Sertões": "No dia 2 (era outubro de 1897) entregaram-se os velhos, mulheres e crianças que ainda sobreviviam. Ficaram 20 lutadores numa trincheira ao lado da igreja, famintos e sedentos, decididos ao sacrifício. Preferiam morrer lutando do que sentir no pescoço a lâmina fria dos degoladores. Ali já estavam no túmulo, cavado por eles mesmos. No dia 5, tombaram os últimos defensores – eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam cinco mil soldados".

Por derradeiro, neste ano cognominado pela Academia Brasileira de Letras, de "Ano Euclides da Cunha", pedimos vênias a fim de parafrasear esse poço de sesquipedal cultura que é o Ministro Luiz Carlos Fontes de Alencar, quando se referiu a Rui Barbosa. Assim, afirmamos para este colendo e fraternal cenáculo, que certa e recerta é a intemporalidade do pensamento e das lições que nos deixou Euclides da Cunha.

A todos, o meu muito, muitíssimo obrigado!

Eu disse.

Manoel Soriano Neto